

Modelo n.º 1 (verso)

Modelo n.º 2 (verso)

(a) Direcção-geral, inspecção-geral, etc.
 (b) Direcção, repartição ou serviço dependente do organismo anterior.
 (c) Com a indicação do prazo, se for caso disso (alínea «c») do artigo 3.º do Decreto n.º 26 341, de 7 de Fevereiro de 1966).
 (d) Quaisquer indicações exigidas por lei, designadamente as cláusulas especiais dos contratos. Não havendo lugar a observações, será inutilizada a primeira linha. Imediatamente a seguir ao final do texto, o diploma será datado, assinado pelo dirigente dos serviços e autenticado com o respectivo selo branco.

(a) Direcção-geral, inspecção-geral, etc.
 (b) Direcção, repartição ou serviço dependente do organismo anterior.
 (c) Com a indicação do prazo, se for caso disso (alínea «c») do artigo 3.º do Decreto n.º 26 341, de 7 de Fevereiro de 1966).
 (d) Quaisquer indicações exigidas por lei, designadamente as cláusulas especiais dos contratos e o averbamento relativo à conversão da posse provisória em definitiva, nos termos do § 2.º do artigo 7.º do Decreto n.º 41 607, de 19 de Abril de 1957. Não havendo lugar a observações, será inutilizada a primeira linha, imediatamente a seguir ao final do texto, o termo e qualquer averbamento serão datados, assinados pelo empossante, empossado e funcionário responsável pelo seu preenchimento e autenticados com o selo branco dos serviços.

Modelo n.º 2 (frente)

Modelo n.º 2

Ministério _____

(a) _____

(b) _____

TERMO DE POSSE

Ano _____

M.º _____

Nome _____

Bilhete de identidade n.º _____ Arquivo de identificação _____ Data ____/____/____

Cargo ou lugar _____

Vaga que preenche _____

Forma de provimento (a) _____

Data do despacho e entidade que o subscreveu ____/____/____

Disposições legais que autorizam o provimento _____

Data do visto do Tribunal de Contas ____/____/____

Publicação no «Diário do Governo», n.º _____ em ____/____/____

Local da posse _____

Nome e categoria do empossante _____

O empossado prestou juramento nos termos da lei.

Observações e averbamentos (d) _____

Presidência do Conselho, 19 de Novembro de 1969. —
 O Presidente do Conselho, *Marcello Caetano*.

Junta de Energia Nuclear

Decreto-Lei n.º 49 398

O desejado incremento das actividades nucleares no nosso país, designadamente de natureza industrial e comercial, aconselha a que desde já se formulem princípios gerais quanto ao regime do seu licenciamento.

Cabe ao Governo, através da Junta de Energia Nuclear, orientar e incentivar o desenvolvimento daquelas actividades e, nomeadamente, promover a constituição de sociedades e de associações que se dediquem ao seu exercício.

É este o duplo objectivo do presente diploma.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. Fica sujeito a licença do Governo o exercício, por parte de empresas privadas, das seguintes actividades:

- Estudos que envolvam a utilização de instalações nucleares laboratoriais, piloto e industriais;
- Prospecção, reconhecimento e exploração de jazigos de minérios radioactivos e afins, incluindo a produção dos respectivos concentrados, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei n.º 48 970, de 17 de Abril de 1969;

- c) Importação e exportação de concentrados de substâncias radioactivas e afins;
- d) Importação, fabrico e exportação de combustíveis nucleares;
- e) Instalação e exploração de reactores nucleares, tendo em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 49 211, de 27 de Agosto de 1969;
- f) Tratamento e comércio de combustíveis irradiados;
- g) Reciclagem de combustíveis recuperados;
- h) Outras actividades nucleares de natureza industrial.

2. Será definido por decreto o regime de licenciamento aplicável a estas actividades.

3. Enquanto o regime de licenciamento não for definido nos termos do número anterior, será estabelecido, caso por caso, na própria licença a conceder, ouvida a Junta de Energia Nuclear.

Art. 2.º — 1. As licenças para exercício das actividades referidas no n.º 1 do artigo anterior só poderão ser concedidas a entidades que sejam consideradas idóneas e façam prova da sua capacidade técnica e financeira para a actividade ou actividades a exercer.

2. As mesmas licenças poderão ser concedidas com prazo de validade limitado e com sujeição a condições, designadamente quanto aos seguintes aspectos:

- a) Aprovação dos estatutos das sociedades a constituir para o exercício das actividades ou alteração dos estatutos das sociedades já existentes e que pretendam exercê-las;
- b) Alteração do património das entidades a quem forem concedidas;
- c) Obrigação de investimentos e níveis de produção mínimos;
- d) Fiscalização oficial a exercer pelas entidades competentes.

Art. 3.º — 1. O exercício de qualquer das actividades previstas no n.º 1 do artigo 1.º sem a licença nele exigida é punido com as penas aplicáveis ao crime de desobediência e a perda, a favor do Estado, das instalações e equipamentos utilizados e das substâncias ou produtos extraídos ou produzidos que ainda não tenham sido alienados.

2. O presidente da Junta de Energia Nuclear, mediante autorização do Governo e independentemente de procedimento criminal, poderá adoptar as providências convenientes para impedir a continuação do exercício da actividade e evitar quaisquer perigos, incluindo o encerramento das instalações e a imposição de selos nas mesmas.

3. Em caso de perigo grave ou de especial urgência, o presidente da Junta poderá ordenar directamente as providências convenientes, submetendo depois a sua decisão a confirmação do Governo.

Art. 4.º — 1. Ficam sujeitos à aprovação do Governo:

- a) Os contratos que tenham por objecto a constituição ou modificação de associações para o exercício de qualquer das actividades previstas no n.º 1 do artigo 1.º;
- b) Os contratos que envolvam a transmissão das licenças concedidas para o exercício das mesmas actividades ou das respectivas instalações.

2. Os contratos a que se refere o número anterior serão ineficazes enquanto não forem aprovados pelo Governo.

3. A execução de qualquer contrato com inobservância do disposto nos números anteriores constitui fundamento

para a revogação da licença concedida para o exercício da actividade.

Art. 5.º — 1. Nos termos das alíneas i) e j) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 41 995, de 5 de Dezembro de 1958, a Junta de Energia Nuclear poderá promover, mediante autorização do Governo, a constituição de sociedades ou associações, com a participação de entidades nacionais ou estrangeiras, para o exercício de qualquer das actividades previstas no n.º 1 do artigo 1.º, tendo, porém, em atenção o disposto no Decreto-Lei n.º 49 211.

2. Nos termos da alínea q) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 41 995, a Junta de Energia Nuclear poderá participar, segundo condições a estabelecer pelo Governo, nas referidas associações, e, sem limitação de percentagem, no capital das mesmas sociedades, com dinheiro, serviços e outros bens ou valores próprios.

Art. 6.º Nas sociedades anónimas em que a Junta de Energia Nuclear participe poderão adoptar-se os seguintes desvios ao regime geral estabelecido no Código Comercial:

- a) Não aplicação das disposições do § 3.º do artigo 120.º, da condição 1.ª do artigo 162.º e do § 5.º do artigo 164.º do citado Código;
- b) Aplicação à Junta de Energia Nuclear da excepção estabelecida a favor do Estado na parte final do § 3.º do artigo 183.º do mesmo Código;
- c) Estabelecimento de processos diferenciados de eleição ou designação dos membros da direcção e do conselho fiscal e de revogação dos respectivos mandatos, em função da natureza ou espécie dos accionistas e independentemente do disposto nos artigos 171.º e 172.º do mesmo Código e dos artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 49 381.

Art. 7.º É permitido às empresas que exerçam qualquer das actividades previstas no n.º 1 do artigo 1.º:

- a) Pedir a declaração de utilidade pública, nos termos da Lei n.º 2030, de 22 de Junho de 1948, e legislação complementar, das expropriações necessárias à montagem e funcionamento das respectivas instalações;
- b) Ocupar temporariamente, mediante indemnização dos proprietários, prédios rústicos cuja utilização seja necessária para a oportuna e eficaz realização das respectivas actividades.

Art. 8.º — 1. As empresas a que se refere o artigo anterior poderão ser concedidas pelo Governo as seguintes regalias:

- a) Guarda das respectivas instalações, quando a mesma se justifique, por elementos das corporações competentes;
- b) Utilização de pessoal da Junta de Energia Nuclear, do quadro permanente ou contratado, ao abrigo do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 41 995.

2. A utilização de pessoal prevista na alínea b) do número anterior obedecerá ao seguinte regime:

- a) O pessoal será destacado para as empresas na situação de comissão de serviço e será remunerado pela empresa em que exerça funções;
- b) O pessoal só poderá ser destacado quando não houver prejuízo para o serviço da Junta, e a comissão de serviço poderá cessar sempre que se mostre conveniente para a Junta;

- c) Os lugares do pessoal destacado somente poderão ser providos interinamente;
- d) O tempo de exercício de funções nas empresas será contado, para todos os efeitos, incluindo aposentação, como de serviço efectivo na Junta, quando assim for determinado no despacho que autorizar a comissão.

Art. 9.º — 1. As zonas confinantes com jazigos de minérios radioactivos e afins, seus anexos e outras instalações nucleares ficam sujeitas a servidões, com o fim de garantir a segurança das próprias instalações e das pessoas e bens nas mesmas zonas e de permitir a respectiva exploração nas condições convenientes.

2. As servidões podem compreender a proibição de executar, sem licença da Junta de Energia Nuclear:

- a) Construções de qualquer natureza;
- b) Escavações ou aterros;
- c) Depósitos, temporários ou permanentes, de materiais explosivos ou facilmente incendiáveis;
- d) Trabalhos de captação de águas.

3. As zonas sujeitas a servidão e as proibições por ela abrangidas serão definidas por decreto referendado pelo Presidente do Conselho, sob proposta do presidente da Junta e com o parecer, quando necessário, da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização e da Direcção-Geral de Saúde.

4. As obras ou trabalhos efectuados nas zonas sujeitas a servidão sem a necessária licença da Junta de Energia Nuclear poderão ser mandados demolir ou destruir por despacho do Presidente do Conselho, mediante proposta da Junta, depois de ouvido o respectivo proprietário.

5. A demolição ou destruição prevista no número anterior serão feitas à custa do proprietário e sem direito, para o mesmo, a qualquer indemnização.

6. Nas províncias ultramarinas, as zonas sujeitas a servidão e as proibições por ela abrangidas serão definidas por portaria do governador da província, sob proposta do presidente da Junta e com o parecer, quando necessário, dos serviços provinciais competentes em matéria de urbanização e de saúde.

7. Nas mesmas províncias, compete ao governador ordenar a demolição ou destruição das obras e trabalhos, nos termos do n.º 5, mediante proposta do presidente da Junta, ou, em caso de urgência, do director provincial dos serviços da Junta interessado, depois de ouvido o proprietário.

8. A Junta de Energia Nuclear dará conhecimento às câmaras municipais das respectivas áreas, no prazo de oito dias a contar da publicação da portaria, das servidões constituídas nos termos dos n.ºs 3 e 6, devendo as câmaras proceder à afixação de plantas que definam claramente as áreas sujeitas à servidão, com indicação das proibições estabelecidas.

Art. 10.º — 1. As empresas que tenham por objecto o exercício de qualquer das actividades previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 1.º, em que a Junta de Energia Nuclear tenha participação maioritária no capital ou por qualquer outra forma exerça domínio, ficam isentas, na metrópole, de todos os impostos, taxas e emolumentos do Estado e dos corpos administrativos, por um período de quinze anos, a contar da data da sua constituição.

2. Os actos de constituição e alteração das sociedades em que a Junta de Energia Nuclear tenha participação maioritária no capital ou por qualquer outra forma exerça domínio são isentos, quer na metrópole, quer nas pro-

víncias ultramarinas, do imposto do selo e de emolumentos e taxas notariais.

Art. 11.º A indústria de fabricação de produtos radioactivos é eliminada do quadro 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 46 666, de 24 de Novembro de 1965, bem como da tabela anexa ao Decreto n.º 46 924, de 28 de Março de 1966, alterada pela Portaria n.º 24 223, de 4 de Agosto de 1969.

Art. 12.º A competência atribuída ao Governo pelas várias disposições deste diploma será exercida por despacho do Presidente do Conselho e dos Ministros interessados, quando respeite a actividade exercida ou a exercer na metrópole, ou por despacho do Presidente do Conselho e do Ministro do Ultramar, quando respeite a actividade exercida ou a exercer nas províncias ultramarinas.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano* — *Alfredo de Queirós Ribeiro Vaz Pinto* — *João Augusto Dias Rosas* — *Joaquim Moreira da Silva Cunha*.

Promulgado em 21 de Novembro de 1969.

Publique-se.

Presidência da República, 24 de Novembro de 1969. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

Para ser publicado nos *Boletins Officiais* de todas as províncias ultramarinas, excepto no da de Macau. — *J. da Silva Cunha*.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFORMAÇÃO E TURISMO

Decreto-Lei n.º 49 399

1. A indústria hoteleira e similar, como um dos elementos básicos das infra-estruturas turísticas, constitui um factor essencial para o desenvolvimento turístico de um país.

Em consequência, uma das preocupações fundamentais de qualquer política turística será necessariamente a de dotar o País de uma rede de estabelecimentos que, quantitativa e qualitativamente, esteja apta a satisfazer a procura cada vez maior e mais variada quer de nacionais, quer de estrangeiros.

A Lei n.º 2073, de 23 de Dezembro de 1954, contém actualmente os quadros legais que deveriam regular toda a actividade desta indústria.

Acontece, porém, que o referido diploma nunca foi regulamentado, tendo resultado desse facto que algumas das suas disposições nunca chegaram, na prática, a entrar em vigor.

Esta circunstância e a falta das normas regulamentares tiveram como consequência que a intervenção dos serviços públicos neste sector se processou sempre de um modo pouco eficaz e até, por vezes, inoperante.

Desta situação resultou ainda para os particulares um estado de incerteza que urge remediar definitivamente.

Foi decidido, por isso, proceder à regulamentação imediata da referida lei, mas considerou-se que aqueles comandos legais, se se podem considerar notáveis para o tempo em que foram elaborados, não correspondem já às realidades e necessidades actuais.

Efectivamente, o turismo, que conheceu no último decénio um desenvolvimento extraordinário, exige, como fenómeno essencialmente dinâmico, uma actualização constante das suas normas reguladoras, adaptando-as às novas realidades que resultam quer da crescente e